

Conquista colonial, resistência indígena e formação do Estado-Nacional: os índios Guaicuru e Guana no Mato Grosso dos séculos XVIII-XIX

*Andrey Cordeiro Ferreira*¹

Museu Nacional – UFRJ

RESUMO: Este artigo analisa a história da conquista colonial do estado do Mato Grosso no século XIX e sua contrapartida, a resistência indígena, a partir dos relatos de militares e administradores que atuaram na região do Rio Paraguai e Pantanal. O caso dos índios Guaicuru e Guana é estratégico para esse gênero de problemática teórica, já que os dois grupos indígenas tiveram um importante papel na consolidação da conquista colonial portuguesa e, ao mesmo tempo, criaram diversos obstáculos à sua expansão e estabilização. O artigo apresenta uma reflexão histórica e teórica sobre a relação entre dominação e resistência política.

PALAVRAS-CHAVE: resistência indígena, colonialismo português, Guaicuru-Guana.

1. Introdução²

“(…) duvido que haja na Europa povo algum que, em tantos e tantos, possa comparar-se com estes bárbaros” (Felix Azara)

Este artigo analisa a história da conquista colonial do estado do Mato Grosso no século XIX e sua contrapartida, a resistência indígena, com base nos relatos de militares e administradores que atuaram na região do Rio Paraguai e Pantanal (relatos que foram publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, uma das mais importantes fontes de informação científica do Brasil do século XIX).

As fontes coloniais permitem a construção de uma análise histórica e etnográfica da dinâmica de dominação colonial/resistência indígena, fundamental para construção do Estado-Nacional brasileiro e para trajetórias dos povos indígenas.

O caso dos índios Guaicuru e Guana é estratégico para esse gênero de problemática teórica, uma vez que os dois grupos indígenas tiveram um importante papel na consolidação da conquista colonial portuguesa e, ao mesmo tempo, criaram diversos obstáculos à sua expansão e estabilização.

Pretendemos demonstrar que a destruição das alianças indígenas (em especial a aliança Guaicuru/Guana) e o estabelecimento das alianças entre portugueses e indígenas foi fundamental para a construção do Estado-Nacional no Brasil. Assim, os índios Guaicuru e Guana (incluindo-se neles os seus subgrupos remanescentes, como os Kadiweu e os Terena) enquanto grupos subalternizados, desempenharam um papel fundamental na história da formação do Estado-Nacional no Brasil. Iremos realizar uma descrição etnográfica e histórica centrada na noção de “resistência”. Pretendemos realizar uma análise que permita compreen-

der as razões pelas quais as formas cotidianas de resistência aos poderes coloniais e estatais não eram contraditórias nem excludentes em relação às formas cotidianas de *colaboração* com estes mesmos poderes.

A importância dos índios Guaicuru e de grupos sociais que estabeleciam relações de aliança/ guerra com eles, especialmente os Guana, é ilustrada pelo lugar de destaque que os “índios cavaleiros” ocuparam no imaginário do Brasil Império, sobretudo no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX. Presença que se verifica no registro iconográfico realizado por pintores como Jean Baptiste Debret, que retratou os índios Guaicuru em alguns de seus quadros mais conhecidos.³

Emblemático é o fato de o primeiro artigo do volume I da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, publicada em 1839, ser o da “História dos Índios Cavaleiros ou da Nação Guaicuru”, de autoria de Francisco Rodrigues do Prado (um dos membros da Comissão de Limites da América Hispânica e da Portuguesa). Vários outros artigos seriam publicados na primeira metade do século XIX sobre os índios Guaicuru, dentre os quais alguns estudos sobre costumes e instituições indígenas com descrições detalhadas sobre os mesmos. A produção contínua de informações iconográficas e textuais mostra exatamente o lugar que os índios Guaicuru ocupavam no imaginário da sociedade colonial e imperial brasileira da primeira metade do século XIX: uma posição tão destacada que as imagens desses índios circulavam desde as cortes brasileiras até as academias de Artes e Ciências européias. Isto principalmente em razão da sua capacidade guerreira e da sua habilidade política.

O temor dos índios Guaicuru era justificado. Felix Azara disse claramente que “pouco faltou para que exterminassem todos os espanhóis do Paraguai” (*apud* Holanda, 1986). Francisco Rodrigues do Prado avaliou em “4 mil o número de paulistas mortos por eles ao longo das vias de comunicação com Cuiabá” (ver Ribeiro, 1995). Entretanto, e sur-

preendentemente, no final do século XIX a situação já era completamente distinta. Darcy Ribeiro indica que, depois da Guerra do Paraguai, estes índios terminaram subjugados:

Os Guaicuru estiveram, alternativamente, aliados com espanhóis e lusitanos, sem guardar fidelidade a nenhum deles, mesmo porque não aceitaram jamais nenhuma dominação (...) Os Mbayá acabaram se fixando no sul de Mato Grosso que, em grande parte graças a essa aliança, ficou com o Brasil; e os Payaguá, nas vizinhanças de Assunção. A Guerra do Paraguai deu, a uns e outros, suas últimas chances de glória, assaltando e saqueando populações paraguaias e brasileiras. Terminaram, por fim, despojados de seus rebanhos de gado e de suas cavalaria, debilitados pelas pestes brancas e escorchados. Sem embargo, guardaram até o fim, e ainda guardam, sua soberba, na forma de uma identificação orgulhosa consigo mesmos que os contrasta, vigorosamente, com os demais índios, como pude testemunhar nos anos em que convivi nas suas aldeias, por volta de 1947. (Ribeiro, 1995, pp. 34-36)

A questão que se coloca então é: como a conquista e dominação coloniais puderam se viabilizar num contexto tão adverso? Como a superioridade militar e política desses índios foi suplantada e a região sul de Mato Grosso (objeto de disputa com a República do Paraguai e com os índios) pôde ser efetiva e definitivamente incorporada ao Estado-Nacional brasileiro? Qual foi o caminho percorrido da anterior “resistência à dominação colonial” até a “subjugação total” dos índios Guaicuru, no pós-guerra do Paraguai? A “espoliação e a debilitação por pestes” seria um fator suficiente para explicar tal processo? Entendemos que não. A análise de Darcy Ribeiro implica numa perspectiva vitimista da história indígena e não esclarece os mecanismos que deram tanta eficiência à política colonial e fortaleceram o Estado.

Para compreender o processo de conquista colonial, é preciso desenvolver algumas reflexões acerca da resistência e dominação política. Entendemos que a compreensão da dinâmica resistência/dominação e o estudo das formas internas da política indígena são procedimentos fundamentais para a compreensão da viabilidade da conquista colonial e da formação do Estado-Nacional, bem como dos seus desdobramentos (como a nova inserção dos grupos indígenas dentro da sociedade nacional).

2. Etnografia, história indígena e o problema da resistência: algumas notas metodológicas

O estudo dos grupos sociais subalternizados e da sua atividade social e política foi profundamente influenciado pelas reflexões críticas sobre as noções de *agência* e *resistência*. Tais categorias foram fundamentais para explicitar as formas de ação de grupos subalternizados por processos de colonização, racismo e imperialismo. Especialmente a noção de resistência, significou uma contribuição decisiva no sentido de mostrar os conflitos e as formas de luta política cotidianas que muitas vezes eram invisíveis ao olhar sociológico e historiográfico (ver Ortner, 1995 e Scott, 1986).

A utilização dessa categoria pode assim nos ajudar a analisar a história indígena de outra perspectiva, rompendo com as visões fatalistas que na realidade não apreendem a complexidade e diversidade das formas de agência indígena. Entretanto, como Sherry Ortner observa, é preciso adotar certas precauções teóricas no que tange ao emprego de tal categoria como chave de análise, visto que muitas vezes os estudos da resistência acabavam incorrendo em visões românticas e idealizadas dos grupos estudados. Ortner afirma que uma das principais falhas dos estudos da resistência é não levar suficientemente em conta a política, já que tendia a considerar exclusivamente a política da resistência (a rela-

ção entre dominador e dominado) e não a própria política interna dos grupos que estão na condição de ‘subjugados’, suas categorias e clivagens internas (conflitos entre irmãos, lutas de sucessão e guerras de conquista). Ela afirma que “é a ausência da análise das formas de conflitos internos em muitos estudos de resistência que dão a eles um ar de romantismo, de que são frequentemente acusados” (Ortner, 1995, p. 177).

Assim, um dos principais elementos a dificultar a compreensão dos processos de resistência/dominação é a inadequada forma de descrição e análise das categorias e dinâmicas internas da política dos grupos subalternos/dominados, de maneira que as suas relações reais, contraditórias e dinâmicas são sublimadas. As estratégias políticas dos grupos dominados nessa perspectiva são depuradas de contradições e oscilações e destacada do contexto maior, como se sua política e dinâmica social se reduzisse “a oposição ao dominador”. Tal depuração compromete também a compreensão da própria dinâmica da resistência (Ortner, 1995, p. 177). Por isso, é preciso traçar uma nova leitura das fontes históricas, que possibilite uma forma alternativa de relação entre etnografia e historiografia.

As limitações do estudo da resistência devem-se em parte a um problema metodológico. Segundo Ortner, “muitos dos mais influentes estudos sobre a resistência são seriamente limitados pela ausência de uma perspectiva etnográfica”. A ausência da descrição e análise das formas de organização interna dos grupos subalternos é a ausência da própria perspectiva etnográfica. O problema consiste em saber como conjugar a perspectiva etnográfica com a análise histórica, o que implica definir o próprio sentido da etnografia.

Em termos gerais, a autora propõe também algumas definições metodológicas que podemos aqui incorporar. A etnografia implica, em primeiro lugar, um compromisso com a “descrição densa” (o detalhismo, o refinamento) e também uma perspectiva holística, de integração dos

diversos elementos descritos no interior de uma cultura e uma sociedade. Além do detalhismo e do holismo, a etnografia se caracteriza pelo esforço contextualizador, tanto no sentido do local em relação ao geral, quando das práticas geradoras dos saberes e categorias discursivas (Ortner, 1995, p. 174).

A perspectiva etnográfica aplicada ao estudo histórico se daria exatamente no sentido da descrição detalhada, holística e contextualizadora dos grupos e situações sociais estudadas, de maneira a poder estabelecer uma possibilidade de compreensão do “ponto de vista” dos atores envolvidos nos processos e situações considerados.

As fontes históricas coloniais (os saberes administrativos produzidos por militares e funcionários de Estado) podem se apresentar assim com um *status* similar ao “relato dos informantes” em campo, que devem ser submetidos a processos de análise e síntese que permitam a produção do texto etnográfico no sentido acima definido. Logo, a etnografia se descola do empirismo, da descrição da experiência exclusiva do pesquisador e incorpora também as experiências individuais e coletivas de outros atores históricos. Isto porque o próprio processo de dominação colonial foi também um processo de produção de conhecimentos e saberes sobre os grupos que foram objeto da conquista, e assim vários relatos estavam preocupados em fornecer descrições substantivas das instituições e costumes dos povos indígenas, e estavam amparados em relações prolongadas entre o sujeito que descrevia e os povos estudados.

A antropologia se caracterizou por uma ruptura com os gêneros de etnografia denominadas de “não acadêmicas” (que incluíam uma ampla gama de relatos, de missionários religiosos, militares, servidores de governo), que foram identificadas com interesses e representações administrativas e religiosas, acusadas de, na melhor das hipóteses, não estarem habilitadas a apreender o ponto de vista do nativo, ou mais frequentemente, de ser apenas uma compilação de estigmas da sociedade colo-

nial acerca dos povos colonizados. Assim, as etnografias não acadêmicas seriam desqualificadas enquanto fonte de informação sobre os povos colonizados, servindo no máximo para analisar as formas de representação dos próprios colonizadores.

O nosso esforço será exatamente superar tal perspectiva no estudo da história da conquista colonial e resistência indígena no sul de Mato Grosso. Pois, entre as fontes históricas estão verdadeiros relatos etnográficos, que faziam parte do próprio processo de conquista colonial, o qual vinculava a conquista ao conhecimento.⁴ E essas fontes fornecem elementos para percebermos as formas de organização social e política indígena, bem como suas relações de interação com as forças coloniais, o que é um passo decisivo para a compreensão da dinâmica de dominação, resistência e formação do Estado-Nacional.

Além disso, nenhuma etnografia é neutra em termos de descrição, e até mesmo as etnografias dos antropólogos eram condicionadas por representações das sociedades de origem dos antropólogos. Na realidade, a tensão entre “descrição” e “representação” está sempre presente na etnografia, devendo por isso ser sempre objeto de uma confrontação crítica, uma vez que não existe apreensão neutra, que não seja mediada por categorias de conhecimento culturalmente construídas.⁵ A etnografia é por isso, no limite um texto, uma forma de discurso, mas é no contexto de sua produção que encontramos elementos para compreendê-la também como uma forma específica de interação, de prática social, que frequentemente esteve associada a processos de dominação, mas que nem sempre se restringiu a meras representações negativas dos povos colonizados, uma vez que o próprio processo de dominação não opera exclusivamente por mecanismos de estigmatização.

Assim, o pré-requisito que legitima a utilização de certos gêneros de etnografia é: o fornecimento de informações das instituições internas de uma sociedade no seu contexto e a percepção não somente da distintividade em relação ao “nós” mas da diferenciação interna dos “outros”. É observando esse critério que empregamos dois documentos em especial, os quais podem ser considerados como relatos etnográficos sobre os povos indígenas do sul de Mato Grosso.

3. Conhecer e conquistar: os colonialismos e o sistema social indígena do Chaco/Pantanal

Para entender a dinâmica da conquista colonial e resistência indígena no sul de Mato Grosso, é preciso observar que certas forças sociais entraram em choque a partir do século XVI. Isso porque os saberes históricos sobre os povos indígenas foram produzidos em meio à confrontação dessas forças. Elas eram o *colonialismo espanhol*, que estabelecido na região de Assunção no Paraguai, pretendia avançar ao norte, passando pelo sul de Mato Grosso; o *colonialismo português* que partia do litoral brasileiro, especialmente de São Paulo, no sentido Oeste, para Mato Grosso; e os *povos indígenas*, que ocupavam a região desde o período pré-colonial e que disputavam o controle dos mesmos territórios.

O colonialismo espanhol se expandia a partir da Cidade de Assunção, no Paraguai, e disputava vários territórios com portugueses e povos indígenas, como podemos ver pelo mapa da Figura 1.

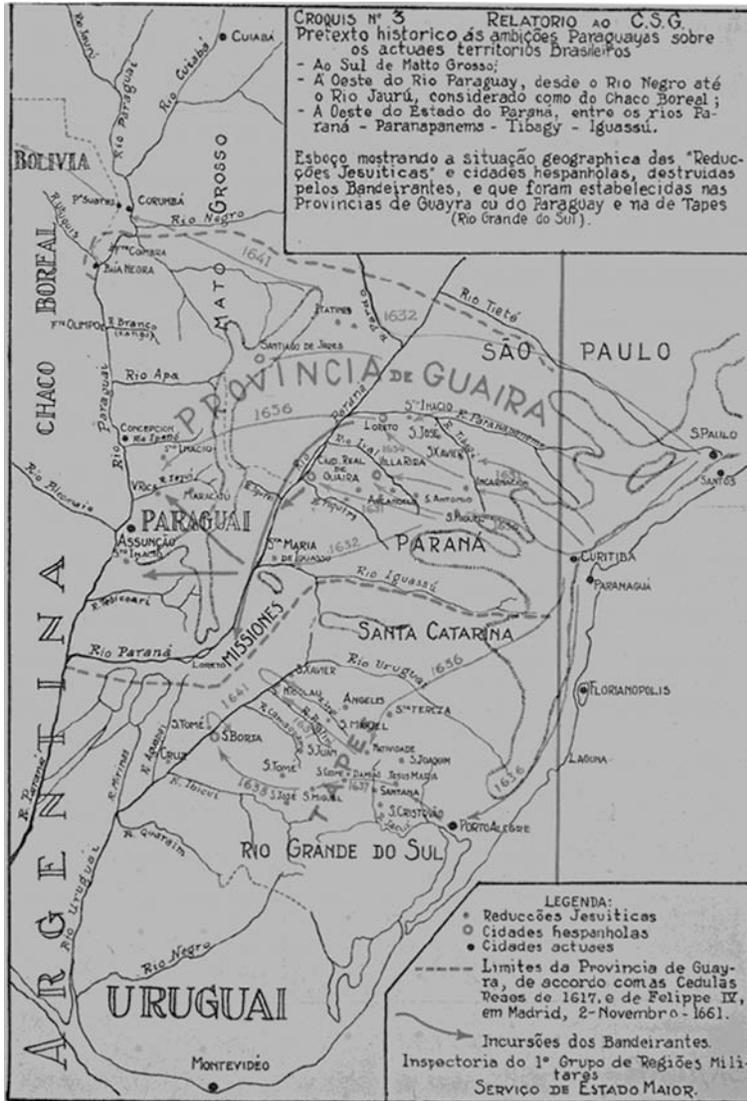


Figura 1 – Mapa das disputas territoriais no Mato Grosso (Fonte: Serviço do Estado Maior, Arquivo Nacional)

O mapa apresenta um resumo das disputas territoriais entre Portugal e Espanha na região sul de Mato Grosso. Uma ampla faixa territorial a leste e oeste do rio Paraguai era ocupada pelos índios Guaicuru e Guana. Podemos ver que essa mesma região era rota de confrontação dos colonialismos espanhol e português, sendo visível pelo número de reduções jesuíticas e cidades espanholas e portuguesas que se sucederam entre os séculos XVI e XIX.

A consolidação do colonialismo português se deu a partir de meados do século XVIII. Em 1748 Mato Grosso foi desmembrado da Capitania de São Paulo e, nesse ano, foi indicado seu primeiro Governador, Antonio Rolim de Moura, que assumiu o cargo em janeiro de 1751, permanecendo nele até 1764.

É nesse período que se acirram as tensões entre Portugal e Espanha, por conta de suas disputas na América. Alguns dos principais indicadores dessa hostilidade foram as anulações dos tratados delimitadores de fronteiras: o Tratado de Madrid foi anulado em 1761; e em 1767 e 1777 foram feitos novos tratados, (Costa, 1999). A partir de então se acelera a construção do Estado Colonial português, com a multiplicação das fortificações militares: na região sul do território foi fundada em 1767 um presídio no Iguatemi; em 1775, o Forte de Coimbra; em 1778, Vila Maria do Paraguai (hoje Cárceres); em 1778, a Povoação do Albuquerque (onde está localizada a atual Corumbá). Ou seja, na segunda metade do século, inicia-se uma ocupação efetiva da região do “Alto-Paraguai”.

Um fato de fundamental importância para o processo da expansão colonial na região é o “Tratado de Paz e Amizade”, assinado pelos Guaicuru com a Coroa Portuguesa em 1791, na cidade de Vila Bela. Este tratado possibilitaria a criação dos fortes e povoações em território indígena de maneira que muitos grupos locais se estabelecessem nas imediações das unidades militares e vilas. Anos antes o acordo com os

Guaicuru foi fundamental para derrotar os Paiaguá e viabilizar o processo de colonização mineradora portuguesa entre Cuiabá e São Paulo.

A formação e multiplicação dos aldeamentos, a política dos presidentes de província de tratar com os “chefes indígenas” pela concessão de presentes e honrarias, a política de catequese e civilização, tudo isso pôde se intensificar graças ao tratado com os Guaicuru, que passaram a colaborar com os portugueses na sua luta contra os espanhóis. De imediato, tal política beneficiava também os Guaicuru, porém, à medida que o processo de colonização avançava e as próprias estratégias indígenas se alteravam, tal colaboração revelava-se fatal para o sistema indígena e para a hegemonia Guaicuru.

Esse movimento de conquista colonial foi acompanhado diretamente por um movimento de produção de saberes, conhecer era parte do conquistar. O processo de produção de saberes sobre o mundo colonial foi realizado diretamente por agentes responsáveis pela política de colonização da região de fronteira. Alguns desses agentes produziram documentos etnográficos sobre as instituições e cultura indígena, bem como sobre as relações entre indígenas e forças coloniais. Esses saberes destacam exatamente a centralidade ocupada pelos povos indígenas e suas ações políticas no processo de conquista colonial.

O mais importante relato etnográfico desse gênero foi produzido por Ricardo Franco de Almeida Serra que escreveu o “Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurus e Guanas, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes”, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (vol. 7, 1845). A “Continuação do Parecer sobre os índios Uaicurus e Guanas”, foi publicada na mesma revista (vol. 13, 1850). Esse documento foi endereçado a Caetano Pinto de Miranda Montenegro, governador de Mato Grosso entre 1796 e 1803 e, posteriormente, senador e destacado político do Império.

Ricardo de Almeida Serra nasceu em 1748, tendo ingressado em 1762 na Academia Militar da corte. Foi enviado para o Brasil para fazer parte da Terceira Divisão da Demarcação dos Limites de acordo com o Tratado de Santo Ildefonso de 1777. Destacado agente do processo de demarcação das fronteiras entre os Impérios de Portugal e Espanha, foi responsável pelo forte de Coimbra, nas margens do rio Paraguai. Chegou ao Mato Grosso em 1782 e conviveu cinco anos diretamente com os índios por ser o comandante do Forte de Coimbra, onde residiu e foi casado com uma índia Guana com quem teve dois filhos (Campestrini & Guimarães, 2002, p. 48).

A atuação da comissão de demarcação de limites representou no período colonial um primeiro movimento de fluxo de cientistas e técnicos para a região, aumentando assim a produção de discursos científicos sobre o sul de Mato Grosso e os povos indígenas ali localizados. Ao mesmo tempo, visava-se instrumentalizar os homens de Estado na elaboração das suas táticas de expansão e dominação colonial.

O Parecer sobre os índios Guaicuru Guana constitui um documento de sessenta e uma páginas que foi subdividido em diversos itens, contendo, além de uma apresentação, os seguintes títulos: (1) Número dos índios dependentes de Coimbra; (2) Divisão; (3) “Guana”; (4) “Xamicoco”; (5) Bens e “Morada dos Uaicurus”; (6) “Soberba”; (7) Vestidos e Ornatos; (8) Armas; (9) Casas; (10) Ocupações; (11) Casamentos; (12) Mulheres; (13) Religião; (14) Padres ou Curandeiros; (15) Guerra; (16) Cativos; (17) Língua; (18) Virtudes e Caráter; (19) Estabilidade; (20) Conclusão; (21) Conservação e Utilidades; (22) Apêndice. Esse documento fornece descrições dos grupos indígenas e suas relações com as agências dos colonialismos espanhol e português na região.

Ao acompanhar a estrutura narrativa dessa etnografia, podemos reter alguns dados sobre as relações políticas entre índios e forças coloni-

ais, bem como sobre as diferenciações e contradições internas às próprias sociedades indígenas. Vejamos alguns trechos cruciais desse texto:

Como me persuadi (...) ter reconhecido neles unicamente uma natural inconstância e afetada condescendência, prestando-se lisonjeiros a quanto se lhes insinua, mas só na oculta e firme resolução de nada cumprirem que seja contrário a seus inveterados usos e presente interesse; sendo o seu caráter uma refinada dissimulação e certa desconfiança, ainda dos mesmo benefícios que recebem, os quais muitas vezes julgam ingratos, menos graça do que devida... (Ricardo Almeida Serra)

Esse trecho inicial do relatório mostra como essa etnografia tinha uma representação específica dos índios, um metadiscorso acerca do caráter inconstante e dissimulado dos povos indígenas. Mais adiante observaremos como essa representação pode servir para a análise das dinâmicas políticas e dos processos de poder. Ao mesmo tempo, essa representação do caráter é acompanhada de certa exaltação da habilidade política dos índios, que emerge no discurso administrativo pela categoria *soberba*, que é complementada depois pela descrição do seu sistema político e das relações dos índios Guaicuru não apenas com os demais povos indígenas, mas também com portugueses e espanhóis. A descrição do sistema político e da morada dos Guaicuru fornecem informações importantes sobre as características internas da organização social dos povos indígenas:

O seu sistema político, e aferro a seus dados costumes e abusos, a sua vida errante e libidinosa, as suas poucas leis arbitrárias, ou simples e mútuas convenções, mas regras fixas com que se regulam entre si tranqüilamente por uma tendência natural e herdada da tradição; o horror que têm para o trabalho, que consideram só próprio de escravos e incompatível com sua

inata soberba, supondo-se pela primeira e dominante nação de índios; contando todas as outras por suas cativas, não se julgando inferiores aos mesmos espanhóis e portugueses, gabando-se diariamente de que, apesar de sermos muito bravos, nos souberam amansar; esta ridícula altivez e negação ao trabalho, lhes faz desprezar as fadigas da agricultura, que com efeito não precisam para viverem longos anos, robustos e fartos, achando no rio Paraguai, e nos seus amplíssimos campos a sua sempre provida dispensa. (...) tudo enfim acumula uma confusão de idéias contraditórias, que, parecendo entre si diametralmente opostas, constituem o sistema, a moral e conservação de todo o corpo dos Guaicuru, formidável às mais nações indígenas do amplíssimo Paraguai, e ainda muitas vezes ao mesmo português e espanhol, sobre os quais por dois séculos cometeram repetidas atrocidades, e quase sempre impunemente.

Por tanto Illm. e Exm. Sr, não deixando de tocar em alguns fatos constantes que as verificam, passarei a expor, não quanto me parece necessário para se aldearem estes índios; de tal forma que sejam úteis a agricultura e a mineração, mas sim as dificuldades, que acho a um estabelecimento fixo e constante, do qual se possam tirar as utilidades que se esperam, e as quais só o tempo poderá facilitar quando, pela nossa mais longa comunicação, se adoçarem os seus costumes e parte dos estranhos princípios com que se governam, se acaso isso ser possa. (Ricardo Almeida Serra)

Essas considerações gerais sobre o sistema político dos índios têm dois elementos importantes: o autor identifica a existência de uma profunda alteridade étnico-cultural (negação do trabalho, organização segmentar, sentimento de superioridade) que separa os índios dos portugueses; essa alteridade impede sua utilização para fins do empreendimento colonial.

Nos itens referentes ao casamento, ocupação e estabilidade são dadas informações importantes sobre o sistema político e a organização social indígena, bem como os padrões de comportamento dos Guaicuru, com

relação tanto aos demais povos indígenas quanto aos europeus aos quais teriam “amansado”. Enquanto povo, os Guaicuru se organizavam em unidades segmentares, dispersas territorialmente, praticavam o casamento matrilocal e apresentavam grande mobilidade espacial. Não eram agricultores, mas sim caçadores-coletores-guerreiros.

Essas relações entre os povos indígenas e as forças coloniais são mais detalhadas nos itens referentes aos Guana e Xamacoco. Ele mostra que:

Os Guana também se dividem em diferentes tribos: e todas elas, apesar de terem maior número de homens do que os Guaicuru, se viram, para sua conservação, na urgência de comprarem a paz e amizade aqueles seus opressores; porque os guaicuru, sempre errantes, e sempre atrozmente guerreiros, fiados nos seus cavalos e conhecendo toda sua força e superioridade sobre as outras nações que não os têm, sempre flagelaram os Guana com uma guerra de diárias emboscadas (...) A soberba e rivalidade dos Guaicuru é tal, que se infunde nos mesmos Guana logo que passam a viver, ou nascem entre os altivos Guaicuru, tratando os outros com público desprezo, e pública superioridade (...) chegando alguns capitães Guaicuru, e ainda aqueles mesmo cujas mães e mulheres sempre foram Guana (...) a fazer levantar da minha mesa e a comer sentados no chão a algum capitão Guana que viam nela, e a dizerem-me que se eu comia eles não faziam o mesmo.

Os mesmos atentados com que os Guaicuru reduziram e agregaram a si os Guana, são semelhantemente os mesmos com que têm reduzido parte dos Xamacocos (...) Além dos Guana e Xamacoco, existem ainda entre os Guaicuru alguns de outras diversas nações, como Bororo, Caiapó, Chiquitito ou Cauni, que habitam os rios que vertem para o rio Paraná... (Ricardo Almeida Serra)

Os dados relatados por Ricardo Almeida Serra mostram a existência de relações de dominação entre os próprios grupos indígenas. A destacada relação de subordinação dos Guana aos Guaicuru era apenas parte de um movimento mais geral de dominação destes últimos sobre o conjunto dos povos indígenas que habitavam as margens do rio Paraguai. Apesar das relações matrimoniais e de parentesco, os Guaicuru alimentavam uma imagem de superioridade étnica em relação aos demais povos indígenas e também frente aos portugueses e espanhóis.

Essa relação de dominação existente entre os Guaicuru e os Guana não ficou imune aos efeitos do processo de conquista colonial, de maneira que a presença portuguesa fez com que os Guaicuru mudassem em certos aspectos essa relação, buscando revitalizar a aliança política com os Guana, que começavam a estabelecer relações comerciais e políticas mais estreitas com os portugueses:

Porém, vendo os Guaicuru que no dito ano foram dois Guana a Vila-Bela falar a V. ex. e o capitão Ayres Pinto e outro Guaná à Vila Maria, para onde presumiam queriam se mudar os Guana, desde essa época mudaram os Guaicuru de modos e estilos, chamando os Guana de amigos e parentes, convidando-os para suas festas, e mesmo para minha mesa, temendo esta mudança; porque nela perdiam mulheres, parte de seu sustento e suas forças, pelos convidarem sempre para suas expedições bélicas; com o que, e com este novo e mais igual modo de tratamento se tem conformado mais os Guana com os seus antigos e ainda atuais opressores, que de vez em quando lhes não deixam de fazer suas violências, e de os chamar sempre seus cativeiros. (Ricardo Almeida Serra)

A presença de forças coloniais portuguesas modificou a relação de forças e induziu, em alguma medida, a alterações nas relações entre os Guana e Guaicuru. Os Guana assim ao mesmo tempo em que eram cortejados

pelos portugueses, passaram a ter uma posição melhor na relação de aliança-subordinação aos Guaicuru. Essa situação complexa, de inserção em subordinações e lealdades diferenciadas, dava margem a táticas de manipulação política empregadas pelos indígenas. Essas ações foram retratadas por Ricardo de Almeida Serra como inerentes ao caráter do índio.

Outro aspecto decisivo das relações entre índios e forças coloniais, diz respeito às táticas de luta e resistência adotadas pelos indígenas. A habilidade política dos índios seria traduzida no item “virtude e caráter”, em que se apresentam os elementos da “instabilidade” dos índios Guaicurus: entre os fatores estão a “dissimulação” e a facilidade com que trocavam a aliança dos “portugueses pela dos espanhóis” e vice-versa; essa dissimulação se dava pelo uso de mentiras ou subterfúgios como não dizer nunca a direção correta de uma viagem ou mesmo não revelar o objetivo de alguma atividade realizada. Além disso, a “fuga” dos índios após serem recrutados como militares ou trabalhadores e conviverem dentro dos fortes e presídios portugueses era outro dispositivo descrito como parte da habilidade e instabilidade dos índios.

(...) Ficando aqui o capitão Guana, detestando a retirada dos dois e a vacilante inconstância dos mais Cadiue-os [Kadiwéu] que ficavam, afirmando-me que, se alguns deles se ausentavam, que os embaraçasse (...) Enfim, este solapado bárbaro que nem de noite nem de dia me deixava, e prometia ir convidar os seus parentes, pedindo todos os dias alguma coisa, ainda em 10 do presente mês de janeiro me pediu varias bagatelas e um porco e dando-lhe tudo e os mais trastes que guardava no meu quartel, tudo levou essa noite ocultamente dele para o seu rancho, e embarcando de madrugada a título que ia à pesca do jacaré, fugiu e se ausentou tão ingrato como infiel, levando em sua companhia outro monstro de ingratidão no Guana Luiz Manoel (...) que todos estimávamos muito, ambos eles em uma canoa fugiram sem mais motivo que sua inconstância natural, levando-me

ainda a roupa que acharam à mão no meu quartel, onde viviam e entravam como em sua casa. (Ricardo Almeida Serra)

Assim, o item referente à instabilidade e caráter termina por compor o quadro das relações entre índios e portugueses, mostrando que existiam profundas contradições e interesses variados, que resultavam em ações diversificadas da parte dos índios. A fuga dos Guana expressa o tipo de estratégia e relação dos índios: buscavam manter o acesso a bens e recursos materiais, freqüentemente a informações sobre os militares, para venderem aos adversários sem, entretanto, se submeterem ao regime de trabalho e à fixação que se queria impor a eles. Os índios tinham uma relação completamente instrumental com os portugueses nesse momento histórico específico.

Observando o relato etnográfico de Ricardo Almeida em seu conjunto podemos notar nele a combinação entre a *descrição* de práticas e formas organização indígena com a *representação* que os agentes coloniais faziam dos índios. A imagem da “inconstância natural do caráter dos índios” é o que melhor sintetiza essa representação. Mas sob essa representação, que margeia o estigma, existe a descrição de práticas e táticas de ação dos índios que, devidamente contextualizadas, ajudam na compreensão na dinâmica das relações interétnicas do início do século XIX. O que o relato permite inferir sobre esse contexto histórico em primeiro lugar é que ele corresponde a um esforço de pacificação empreendido pelos portugueses por meio do qual buscava-se fixar os índios ao território e incorporá-los à economia colonial portuguesa.

O relato surge exatamente na seqüência do Tratado de Paz formado entre Portugal e os Guaicuru. Esse Tratado representava então a finalização da Guerra, mas não do conflito. Assim, estando nesse momento a guerra aberta afastada das intenções de portugueses e Guaicuru, tomaram lugar entre os índios as técnicas de resistência cotidiana, as quais

procuravam sobreviver num contexto em que um novo poder havia se instituído. O que a representação colonial estigmatizava como caráter dos índios, na realidade eram estratégias políticas de resistência que alcançaram destaque em razão da conjuntura histórica singular. Existia um conjunto diversificado de “Técnicas Indígenas” das quais destacamos as seguintes: (1) Dissimulação; (2) Fuga; (3) Recusa ao Trabalho; (4) Sabotagem; (5) Deserção; (6) Correrias (assaltos aos campos inimigos). Podemos falar de formas cotidianas de resistência porque os índios a empregavam frequentemente para se recusar a servir aos objetivos coloniais (a submissão desses ao trabalho, a agricultura, padrões de casamento, habitação etc.). A representação colonial da inconstância do caráter indígena na realidade pode ser interpretada como formas de resistência cotidiana emergente numa situação em que a relação de forças entre os índios e as forças coloniais portuguesas começavam a pender favoravelmente para as últimas.

Outro aspecto decisivo desse momento histórico é que nele se consolidou o processo de formação do Estado português na região. A produção de saberes científicos e administrativos sobre os índios nesse sentido fazia parte do movimento global de conquista. Para consolidar o domínio, era preciso compreender o funcionamento das sociedades indígenas.

Nesse momento, a autonomia e a alteridade étnico-cultural dos povos indígenas foi transformada em problema de Estado. Para realizar o aldeamento dos índios e garantir sua utilização era preciso modificar os seus costumes. Vejamos o relato do governador da Província de Mato Grosso:

A maior dificuldade que eu encontro é a do local em que vivem entre portugueses e espanhóis, que, à porfia pretendem atraí-los para a sua amizade, e eles manejando estas contrárias pretensões com bastante sagacidade, por

este meio, alcançam o que querem de uns e de outros, sem trabalho nem sujeição. Aplaine a nossa corte esta dificuldade, de sorte que eles só fiquem dependentes de nós, e logo, Vmce experimentará uma grande mudança, assim como mais abatido o seu orgulho, ou soberba, a qual em parte procede do modo como presentemente são tratados, e outra parte da posse e uso de seus cavalos. (*Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Cuiabá, 5 de abril de 1803, Carta ao Tenente Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra*)

As palavras do então Governador da Província de Mato Grosso revelam exatamente que, no início do século XIX, os índios que integravam o sistema social do Chaco sabiam manipular também as contradições imperiais. Mas o conhecimento e o reconhecimento da supremacia Guaicuru era pré-condição de sua conquista. O objetivo do Estado colonial era criar condições para que os índios “ficassem dependentes” somente do Estado português.

O relato etnográfico então nos informa ao mesmo tempo sobre as características da organização social indígena, seus conflitos e diferenciações internas e também sobre as relações de conflito e colaboração com as forças e agentes coloniais. A própria etnografia fazia parte do movimento de conhecer que estava associado ao de conquistar.

4. A estratégia da conquista: alianças, correrias e bandeiras

Os relatos produzidos por militares como Ricardo Almeida Serra no início do século XIX não foram os últimos. Se o relato acima analisado constitui uma etnografia dos povos indígenas, especialmente Guaicuru, e das relações interétnicas, outros documentos apresentam também dados de teor etnográfico. Na realidade, o movimento de “conhecer para conquistar” se consolidou logo após o Tratado de Paz de 1791. Assim,

algumas expedições foram realizadas com vistas à produção de informações sobre a ampla fronteira de Mato Grosso, com as quais pretendia-se subsidiar as políticas de Estado.

Outro relato importante seria dado por Luiz D'Laincourt. Dos documentos legados por esse processo de produção, o “Resumo das Explorações feitas pelo Engenheiro Luiz D'Laincourt desde o Registro de Camapuã até a Cidade de Cuyabá”, 1824 (*Revista do IHGB*, vol. 20, 1857) e “Reflexões sobre o Systema de defesa que adoptar na Fronteira do Paraguay em Consequência da Revolta e dos Insultos Praticados Ultimamente pela Nação dos Indios Guaicuru ou Cavalleiros”, 1826 (*Revista do IHGB*, vol. 20, 1857) constituem relatos fundamentais.

Luiz D'Alincourt foi um militar e pesquisador português, radicado no Brasil. Foi oficial do Real Corpo de Engenheiros. Mudou-se para o Rio de Janeiro no ano de 1809, onde concluiu o curso da antiga Academia Militar do Rio de Janeiro. Participou de numerosas e importantes comissões militares na Bahia (1816), Pernambuco (1818) e em Mato Grosso (1822-1830). Esses relatos não visavam descrever a organização social dos povos indígenas em detalhe, mas fazer um levantamento estatístico das populações territórios de Mato Grosso. Todavia, sua descrição não apenas atualiza informações sobre as relações interétnicas, mas também delineia como os saberes sobre os povos indígenas produzidos pelos militares e pesquisadores apontavam para uma determinada estratégia de dominação que reproduzia a lógica fundamental do dividir para conquistar. Entretanto, essa estratégia demandava certo conhecimento das tradições culturais indígenas, bem como a manipulação das contradições e dos conflitos internos de sua organização social.

Podemos dizer que o relato de D'Alincourt é equivalente ao discurso de um informante; um ator social que operava por meio de categorias que compunham o universo que ao mesmo tempo descrevia e interpre-

tava. Suas informações ajudam na composição do quadro geral da dinâmica das relações interétnicas e do processo de dominação/resistência.

Nas explorações de 1824-1826 feitas por D'Alincourt para o Ministério do Estado e de Assuntos de Guerra, vemos que existem menções aos aldeamentos já existentes, e que estes cumpriam uma importante tarefa na segurança das fronteiras:

Pouco abaixo da confluência do rio Mondego, e não longe da margem oriental do Paraguai, existe a aldeia da Misericórdia, onde o Padre barbadinho Frei José Maria da Macerata, hoje prelado da província, ia com diminutos meios fazendo progressos rápidos entre os índios Guana que formam a dita aldeia, catequizando-os para a nossa Santa Religião, usos e costumes; e eu vi que muitos mancebos já sabiam ler e escrever desembaraçadamente; a população chega hoje a 1.300 índios. Esta aldeia, situada em terreno fértil e desafogado é mui útil para a fronteira. (D'Alincourt, 1825 [1857], p. 343)

No esforço de descrever a fronteira e os pontos estratégicos da mesma, o engenheiro indica os aldeamentos Guana. Tais aldeamentos passaram a ser objeto de profunda atenção por parte dos militares do Estado, e a vontade delineada ainda no final do século XVIII de usar esses índios para a segurança da fronteira e para o comércio foi se consolidando.

Mas é no documento intitulado “Reflexões sobre o Systema de Defesa” que vemos mais claramente se delinear uma política deliberada tanto no sentido de “destruir” a base econômico-política das relações de subordinação e aliança Guana-Guaicuru quanto no de explorar as contradições e rivalidades entre os próprios grupos indígenas:

Desde 1725 nos fizeram estes índios estragos lamentáveis, chegando até as vizinhanças desta cidade; e apesar das expedições dispendiosas que mandamos contra eles, e da fundação do Presídio de Coimbra, mesmo à vista dele nos assassinaram 45 homens, e nos traziam em contínuo desassossego. Estas razões ponderosas obrigaram o governo da Província a buscar os meios mais eficazes para atraí-los a nossa amizade; e só desde o anno de 1791, em que isto se conseguiu, por um tratado feito e executado com grande pompa e solenidade, com os principais capitães Guaicurus, na capital da província, é que pudemos respirar, até os funestos e tristíssimos sucessos da presente época, que nos patenteiam o perigo eminente a que estão sujeitos os nossos estabelecimentos do Paraguai, Mondego e Camapuã. (D'Alincourt, 1826 [1857], p. 361)

A análise histórica do Engenheiro revela que a paz firmada pelo Tratado de 1791 era apenas relativa, e que ações guerreiras dos Guaicuru eram ainda freqüentes. Assim os índios manipulavam a tática da guerra de resistência e das alianças que eram rompidas, o que perdurou ao longo de todo o século XIX. Assim, as relações dos colonialismos (espanhol e português) com os Guaicuru e demais índios oscilavam rapidamente da guerra à aliança política e comercial. A guerra de resistência e revolta poderia ser movida pelos Guaicuru contra os espanhóis com o apoio dos portugueses ou contra os portugueses com o apoio dos espanhóis.

Essa prática dos índios conduziu os portugueses à formulação de uma estratégia fundada na lógica do “dividir para governar”, que visava quebrar as bases da resistência indígena na região. Desta maneira, o sargento concebeu que: “Em conseqüência, julgo dever-se sustentar a defesa da fronteira, por um método mais político do que guerreiro, o que até nos dá tempo de chegarem as imperiais ordens, em virtude das participações do Governo”. (D'Alincourt, *op. cit.*).

Neste sentido, ele apresenta algumas recomendações para a condução da política imperial na região:

Tratam-se com melhor fé e urbanidade os Índios Guana das diversas tribos e aldeias, e os Guaxis, que tiverem permanecido no nosso partido, mimoseando-se os seus principais chefes, e louvando-se a sua Constância e fidelidade à amizade, e bom agasalho, que nos devem; desafiando-se por este modo, a emulação nos Índios que se tiverem voltado contra nós, abraçando o Partido dos Guaicuru. Comprem-se mantimentos por todas as aldeias, introduzindo-se no pagamento algum gênero de luxo, para que os índios se acostumem a gostar dele; o que nos trará as vantagens seguintes; provimentos necessários para as guarnições, conduzirem-se os índios a praticarem plantações mais avultadas, vendo pronto o lucro de seu trabalho, e arraigarem-se nos sítios de sua habitação.

Procure-se persuadir por todos os modos e maneiras aos Guana das aldeias abandonadas, que devem tornar a elas, e à nossa amizade, fazendo-se lhes lembrar-se do que já sofreram da má fé e orgulho dos Guaicuru, e do motivo por que não se devem fiar neles, e cair na nossa indignação.

Busquem-se meios de fazer chegar ao conhecimento dos capitães Guaicuru, que o ressentimento do governo da província é somente contra o principal deles (...) Desta sorte, semeando a divisão entre aqueles chefes, obteremos o meio mais seguro de chegar aos fins que melhor convêm às nossas circunstancias. (D'Alincourt, *op. cit.*, p. 363)

Aqui a junção entre saber e poder é explícita. Os dados geográficos e etnográficos acumulados nesse período inicial do século XIX são empregados na formulação de uma estratégia de conquista e expansão do Estado-Nacional. O conhecimento detalhado das relações e contradições Guaicuru-Guaná seria usado nesse movimento de expansão e consolidação do colonialismo português.

Essa conquista foi materializada ao longo do século XIX por uma série de políticas diferenciadas. A combinação dessas políticas se deu a partir de meados do século XIX, e visava destruir as relações de aliança e subordinação Guaicuru-Guana por meio da fixação dos índios em aldeamentos, eliminando a alteridade étnico-cultural e a autonomia política indígena. As ações concretas nesse sentido foram a criação dos aldeamentos e da diretoria de índios.

Essa dinâmica e essas relações perduraram até a guerra do Paraguai, caracterizando as formas das relações interétnicas e do Estado com os índios. A política colonial ao longo de todo século seria estruturada sob a combinação dessas políticas da parte do Estado:

A catequese missionária, tema básico da retórica dos presidentes de província de Mato Grosso, foi difundida veementemente como o modelo que viria a solucionar os grandes problemas causados pelos indígenas da região. No entanto, contextualizando-a no quadro geral da política indigenista do século XIX, noto que ela foi extremamente insignificante. Como saldo geral, o que mais se constatou foi a perseguição armada e a repressão a todos os grupos indígenas (...). O termo bandeira foi usado pelos presidentes de província de Mato Grosso para definir basicamente dois tipos de expedições punitivas. (Vasconcelos, 1999)

Ao analisarmos as fontes históricas e os dados etnográficos em seu conjunto, vemos que eles apontam para a existência de uma situação histórica em que as atividades de resistência cotidiana coexistiam com guerras indígenas. Podemos falar de uma pluralidade de formas de dominação, colaboração e resistência, que podiam se combinar ou se alternar no tempo e no espaço. A dinâmica da política imperial para os índios por sua vez oscilava entre as alianças comerciais e a política de

aldeamento, catequese e civilização, até a repressão, o uso da violência, de acordo com a classificação em “índios bravos e mansos”. O léxico político denominava as ações violentas dos índios de “correrias” e as expedições punitivas de “bandeiras”. Assim, a política do Império para os índios se movia entre as “correrias, bandeiras, catequese e civilização”. São essas formas de luta e interação que é preciso compreender para entender como a conquista colonial se tornou possível naquele contexto.

Nesse contexto histórico não havia somente uma oposição “dominação/resistência” que se colocava, mas sim uma complexa triangulação entre diferentes possibilidades de aliança, guerra e repressão. E foi graças a essa complexidade política que a dominação colonial e a formação do Estado-Nacional se tornaram possíveis. É importante lembrar que os Guaicuru sabiam também manipular a colaboração de portugueses e espanhóis, e que esta sua política foi eficaz nas primeiras fases da colonização; entretanto, foram as contradições internas nas suas relações de dominação com outros povos indígenas que, exploradas pelos portugueses, fizeram pender a balança em favor do colonialismo português.

Como discutiremos adiante, a complexidade das relações interétnicas e a organização social indígena, as quais se tornaram objeto de conhecimento e alvo de estratégias de poder, foram retratadas nos dados etnográficos contidos nos documentos históricos. E é justamente esse registro que pode nos ajudar a traçar algumas formas de análise da história indígena, seja auxiliando na crítica da análise etnológica e alguns de seus postulados, seja mostrando como os povos indígenas foram sujeitos decisivos do processo de conquista colonial e construção do Estado-Nacional. Devemos então agora, antes de avançar na análise histórica, interpretar criticamente as leituras da etnologia brasileira a fim de fixarmos alguns parâmetros teóricos e históricos necessários a análise subsequente.

5. A etnologia brasileira e a interpretação da história indígena: agência e poder na sociedade colonial

A descrição dos dados e dos discursos etnográficos contidos nas fontes históricas deve agora ser confrontada com os dados e análises presentes na literatura etnológica brasileira sobre as relações interétnicas, pois dessa maneira poderemos fixar de forma mais precisa alguns elementos teóricos acerca da história e da resistência indígena.

A etnologia brasileira interpretou a história das relações interétnicas da região sul de Mato Grosso com base nos pressupostos da teoria da aculturação e assimilação (mesmo que os assumissem criticamente). Autores como Kalervo Oberg, Fernando Altenfelder Silva e Roberto Cardoso de Oliveira empregaram, de diferentes maneiras, a oposição moderno/tradicional para analisar a história indígena, entendendo que a cultura tradicional corresponderia a um momento histórico determinado, sendo transformada por meio do processo de modernização que implicou na aculturação das sociedades indígenas (ver Oberg, 1948a e Silva, 1949). Cardoso de Oliveira afirma que: “A história dos Terena, ao menos em sua fase que podemos chamar moderna, é a história da ocupação brasileira no sul de Mato Grosso.” (Oliveira, 1968, p. 40).

A essa análise, era subjacente toda uma estrutura narrativa e epistemológica. Os estudos partiam de etnografias de grupos indígenas remanescentes do processo de colonização, especialmente os Terena e os Kadiwéu. Nas suas descrições e interpretações, tais estudos baseavam-se no pressuposto de que existia uma situação de isolamento dos grupos em relação à sociedade colonial e mesmo entre si (no máximo, formularam a perspectiva de uma relação de tipo simbiótica entre Guaná e Guaicuru, mas sem dimensionar a importância da mesma para a estrutura social e a história do processo de colonização). Segundo essa abordagem, a partir do momento em que os índios estabeleceram relações

com a sociedade nacional, iniciou-se um processo de aculturação e assimilação. Uma das características (política e epistemológica) principais dessa análise é a suposição de que as sociedades indígenas eram um pólo determinado das relações interétnicas, sendo o centro dinâmico a sociedade colonial ou nacional. Para Oberg, por exemplo, o processo de aculturação e desorganização provocado pelo contato interétnico só não levou à total destruição dos grupos indígenas do sul de Mato Grosso por conta da intervenção do Estado através do SPI (Oberg, 1948).

A etnologia brasileira compartilhou em maior ou menor grau, de forma mais ou menos explícita, teses presentes no discurso administrativo do Estado, especialmente do indigenismo. Tal formulação está presente também na forma como Darcy Ribeiro interpreta a história indígena e o declínio dos Guaicuru, analisada no início deste texto. De maneira geral, predomina na interpretação etnológica uma visão da história indígena com traços românticos e fatalistas, na realidade, os índios aparecem quase sempre como não-sujeitos. De acordo com tal visão, que parte do pressuposto teórico do isolamento e da pureza original, as relações interétnicas são formas de desorganização, aculturação e assimilação. A história indígena seria assim determinada, por essa relação, na qual figuram como não-sujeitos, apenas objetos de políticas de dominação que levam a mudanças socioculturais, interrompidas somente pela ação do próprio Estado.

É preciso então fazer uma análise crítica da etnologia brasileira, e nesse sentido, a etnografia dos índios do século XVIII e os dados etnográficos das pesquisas do século XIX são decisivos para uma confrontação. A idéia de tentar construir uma etnografia histórica, nesse sentido, pode servir como contraponto importante na redefinição dos parâmetros de análise. Os dados etnográficos contidos principalmente no relato de Ricardo Almeida Serra, mas também em diversos outros documentos, nos permitem realizar outra análise da história indígena.

Esses documentos mostram exatamente as contradições internas e a complexidade do processo de organização social e resistência indígena. É a categoria “soberba” que aparece no discurso administrativo que melhor expressa e sinaliza para certas características sociais das relações entre sociedades indígenas e forças coloniais no final do século XVIII. Na etnografia de Ricardo Almeida Serra, a soberba é um item à parte na sua descrição dos Guaicuru. Na realidade, sob esse conceito surgem representações do mundo colonial, bem como descrições das formas de organização e concepção indígena. Segundo o militar português, os Guaicuru se recusavam ao trabalho manual (mineração, agricultura), reivindicavam tratamento diferenciado e se consideravam superiores aos portugueses e espanhóis, tratando os povos indígenas por eles subjugados de modo discriminatório. Os demais índios eram para os Guaicuru meros “cativos”.

Na realidade, essa categoria apreende e expressa a condição dominante dos Guaicuru no interior da região sul de Mato Grosso, que se traduzia na auto-imagem que o grupo fazia de si mesmo. Expressa também a posição dominante desses índios em face de outros grupos sociais, os quais forneciam uma série de condições para a reprodução social dos Guaicuru como grupo étnico. A soberba indicava a profundidade do contraste entre, de um lado, os “usos e costumes” dos Guaicuru, emblemáticos do sistema autóctone, e de outro, não apenas os padrões dos colonizadores, mas também as formas de poder e capacidade política desses índios, que combinavam formas de ação guerreira com táticas de resistência cotidiana para manter o seu poder e autonomia.

Um dos elementos principais que essa categoria sinaliza é a existência de um sistema de relações sociais entre os povos indígenas da região sul de Mato Grosso.

A relação de subordinação e aliança dos Guana com os Guaicuru formou-se sobre as demandas político-culturais indígenas em meio ao pro-

cesso de transformação das relações no Chaco/Pantanal por conta do processo de colonização. Esta aliança permitiu, no plano da organização social e econômica (assim como adoção do complexo “cavalo-aço” no plano da estratégia militar e dos modos de ação guerreira) o estabelecimento da supremacia Guaicuru naquela região.

Mas a interdependência não se esgota na relação Guaicuru-Guana, já que outros grupos existentes (Guarani, Xamacoco) eram fundamentais para que este tipo de relação se estabelecesse. Outros povos indígenas eram frequentemente atacados pelos Guaicuru (eventualmente com apoio dos Guana), como os Guaxi, os Guató e os Xamacoco que quando vencidos em guerras tinham seus membros transformados em “cativos” (Oliveira, 1968, p. 33). A categoria *cativo ou cativo*, que surge no discurso indígena tal como descrito por Ricardo Almeida Serra, apresentava um duplo sentido: interno e externo. Internamente, designava indivíduos ou mesmo células familiares raptadas ou trocadas pelos Guaicuru, e que tinham uma profunda importância na organização social indígena. Externamente, expressava a própria relação de subordinação e aliança dos Guaicuru com os Guaná e de mais povos como Xamacoco, uma vez que esses eram obrigados a pagarem tributos e prestar serviços aos Guaicuru, especialmente através da agricultura. Essa relação complexa e contraditória de aliança e subordinação entre os povos indígenas constituía as bases sociais fundamentais do próprio sistema social indígena que, por isso mesmo, se transformou num obstáculo ao processo de colonização e formação do Estado-Nacional. Foi essa complexa relação que se tornou alvo de políticas de conquista e fragmentação, como vimos pela análise dos dados dos relatórios militares do século XIX.

É por esse motivo que não devemos tratar os povos indígenas com unidades isoladas e sua história como a história de processo paulatino de encapsulamento e aculturação. Como afirma Guillaume Boccara, processos de mestiçagem e resistência

(...) obriga el etnohistoriador a abandonar los análisis en términos de sociedades primitivas aisladas y lo conduce a considerar el sistema de relaciones y las complementariedades entre las distintas unidades. Induce su investigación hacia un micro-análisis que privilegia la reconstrucción de las redes de alianzas egocentradas por sobre los grandes rótulos que tienden a postular la existencia de macrounidades étnicas (Boccara, 2005, p. 5)

Nesse sentido, os dados etnográficos aqui utilizados apontam exatamente para conformação de um sistema social indígena (que denominamos sistema do “Chaco/Pantanal”⁶). Esse sistema era caracterizado tanto pela resistência em relação às forças coloniais como pelas formas de dominação exercidas por grupos indígenas uns sobre os outros, grupos estes que se valiam das suas relações e interação com as agências coloniais para fortalecerem suas posições dominantes. Não podemos perder de vista então o elemento interno de dominação presente neste sistema.

Os Guana e Guaicuru não constituíam grupos isolados, com uma existência paralela a outros grupos isolados, mas faziam parte de um sistema social indígena, que só pode ser compreendido à luz das relações entre os diversos grupos indígenas e em interação com as unidades locais do sistema mundial – os colonialismos espanhol e português.

A categoria soberba sintetiza também certas condições históricas que levaram a uma estratégia de dominação baseada na busca pelas alianças com os povos indígenas: a força política e militar dos Guaicuru obrigou o Império português a adotar uma política diferenciada de tratamento dos índios. O fato do único tratado assinado entre índios e o governo português ser exatamente aquele firmado com os Guaicuru, mostra que a conquista colonial de Mato Grosso exigiu que o colonialismo levasse a política de alianças com os indígenas a seu extremo. A aliança formalizada por meio de um *Tratado* tem um significado histórico muito particular, já que essa é uma categoria jurídica aplicada nas relações inter-

nacionais para designar acordos comerciais e de paz entre nações reconhecidamente soberanas. Só nações soberanas firmam tal pacto político. Esse reconhecimento formal pela Coroa portuguesa do domínio Guaicuru teve como antecedentes históricos as guerras movidas pelos índios e, como desdobramento, a realização de escaramuças contra o portugueses e a disseminação de práticas de resistência cotidiana, registradas no discurso colonial como *instabilidade do caráter indígena*.

Assim, a etnografia histórica nos permite visualizar toda a complexidade das relações interétnicas, e como as formas de dominação, resistência e colaboração política dos índios com as forças coloniais foram estratégicas para o processo de formação do Estado-Nacional. Para o Império português, não era possível expandir sua conquista sem contar com a aliança com os povos indígenas. Ao mesmo tempo, eles adotaram uma política de fragmentação progressiva do sistema social e das relações de aliança e subordinação entre as próprias sociedades indígenas. A política do dividir para conquistar foi adotada pelos portugueses no início do século XX como resposta a resistência militar e cotidiana dos índios Guaicuru.

A resistência dos Guaicuru era baseada fundamentalmente nas relações concretas estabelecidas entre os diferentes grupos indígenas dentro do sistema social do Chaco/Pantanal. A relação de aliança e dominação dos Guaicuru com os Guana possibilitou a existência de uma *resistência indígena* à expansão colonial e, ao mesmo tempo, suas contradições internas (a dominação e exploração Guaicuru dos seus cativos, os saques e expedições que impunham e o profundo etnocentrismo que marcava estas relações) criaram condições para fragmentação do sistema social indígena, eliminando os obstáculos à consolidação do colonialismo português e à conquista definitiva de Mato Grosso. Poderíamos dizer que as relações que viabilizaram a resistência indígena aos colonialismos espanhol e português foram também as que possibilitaram – em razão das

suas contradições internas – a própria expansão colonial, quando o Estado e seus agentes passaram a formular novas estratégias de intervenção político-militar na região.

Nesse sentido, a formação do Estado-Nacional e a incorporação dos territórios da região sul de Mato Grosso supunham as relações complexas e contraditórias entre sociedades indígenas e forças coloniais. Podemos falar de três gêneros distintos de relação entre os grupos indígenas e os colonialismos (português e espanhol). As relações de aliança/colaboração; as relações de guerra/resistência e guerra/repressão, cada qual ilustrada por diferentes gêneros de discurso político-jurídico e maquinário político-administrativo. De um lado, existiam as ações guerreiras retratadas no léxico imperial regional como “Correrias” – indicando as ações violentas dos índios contra as agências coloniais (fazendas, unidades militares e os próprios colonos); de outro lado existiam as “Bandeiras” – assumiam o caráter de expedições punitivas contra os índios, movidas tanto pelo Estado quanto pela sociedade – colonos pobres e fazendeiros, às vezes com o apoio do Estado, às vezes sem este apoio, e às vezes com o apoio de certos grupos indígenas (ver Vasconcelos, 1999); “as Alianças” (da qual o tratado de 1791 é apenas uma forma histórica singular, porém emblemática), foram uma forma importante de estabelecer relações de colaboração política entre os povos indígenas e as instituições/agências coloniais-estatais, como as unidades militares e administrativas, e também de estabelecer relações comerciais e econômicas que garantissem a exploração dos territórios; a política de “aldeamento, catequese e civilização”. A política de colaboração (que se alternava com a política de guerra e resistência cotidiana que estava diretamente ligada a ela, já que esta colaboração era mais importante pelos antecedentes históricos da resistência Guaicuru e pela disputa com o colonialismo espanhol) é que viabilizou a criação das condições para o domínio português na região.

Mas tanto nas formas de colaboração quanto de resistência cotidiana e militar, o que devemos observar é que sem considerarmos as sociedades indígenas como sujeitos históricos dotados de agência, não conseguimos visualizar adequadamente nem sua complexidade e diferenciação interna, nem sua capacidade política criativa de estabelecer padrões de relacionamento com as sociedades nacionais e forças de colonização. E essa capacidade de criar relações políticas e de agência não podem ser resumida as formas de resistência, mas devem ser colocadas no quadro geral das relações sociais de subordinação e controle, e das contradições sociais. Os índios não eram sujeitos apenas porque resistiam à colonização, mas também pelo próprio processo de sujeição e da sujeição do conjunto dos povos indígenas. Eles não são vítimas da história nem tampouco não-sujeitos, mas protagonistas que inventam, criam, são diferenciados internamente – por formas de organização segmentar – e que têm estratégias multifacetadas, às vezes contraditórias. É por isso que o olhar etnográfico é um elemento decisivo para a reconstrução da história indígena a partir de outras referências teóricas.

Neste sentido, podemos afirmar que a análise da dinâmica resistência/dominação tem de levar em consideração necessariamente as contradições internas ao sistema social indígena, as diferentes estratégias que cada unidade de ação política indígena (conjuntos de ação segmentares) poderiam estabelecer, indo de “correrias” até “alianças”, e por outro lado também as políticas das agências coloniais, que iam das “alianças” até as “bandeiras”. Cada uma destas variáveis dependia de uma combinação contextual complexa de interesses e referências culturais, que no longo prazo possibilitaram a consolidação dos interesses do colonialismo português, e depois do Império do Brasil, graças à intervenção política no sentido de destruir as bases do sistema social indígena então existente no sul de Mato Grosso. Sem as alianças políticas com os povos indígenas e sem a colaboração destes (que não era contraditória em sentido

imediatamente com as políticas da resistência), a consolidação do colonialismo seria impossível. São nas contradições do sistema social indígena (calcanhar de Aquiles da resistência) que residem as principais causas da vitória do colonialismo português, as causas que possibilitaram a formação do Estado-Nacional brasileiro naqueles territórios.

Notas

- ¹ Doutor em Antropologia Social. Professor de Sociologia e membro do LACED no Museu Nacional-UFRJ.
- ² Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada na Reunião Brasileira de Antropologia (2006), sendo o mesmo elaborado com base nos dados da nossa pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social no Museu Nacional, UFRJ.
- ³ Debret foi um pintor e historiador francês que residiu no Brasil entre 1816 e 1831, chegando ao país como integrante da “Missão Artística Francesa ao Brasil” organizada pelo marquês de Marialva, sob solicitação de D. João VI. Publicou, entre 1834 e 1839, uma numerosa série de gravuras numa obra em três volumes intitulada *Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou Séjour d'un artiste français au Brésil*. Na gravura, os índios Guaicuru aparecem sobre seus cavalos e em ação guerreira, indicando exatamente os elementos mais destacados pelos cronistas, viajantes e militares que passaram na região do Pantanal durante o século XIX.
- ⁴ Todorov mostra que “(...) se a compreensão não for acompanhada de um reconhecimento pleno do outro como sujeito, então essa compreensão corre o risco de ser utilizada com vistas à exploração, ao tomar; o saber será subordinado ao poder.” (Todorov, 2003, p. 190).
- ⁵ James Clifford coloca a questão de forma muito apropriada: “No que segue, trato a própria etnografia como uma performance com enredo estruturado através de histórias poderosas. Encarnadas em relatos escritos, tais histórias simultaneamente descrevem acontecimentos culturais reais e fazem afirmações adicionais, morais, ideológicas e mesmo cosmológicas.” (Clifford, 1998, p. 63).
- ⁶ A formulação dessa abordagem da história indígena é feita de forma mais detalhada e documentada em nossa tese de doutoramento (Ferreira, 2007).

Bibliografia

AZANHA, Gilberto

- 2001 *Relatório de Identificação das Terras Indígenas Cachoeirinha, Buriti e Taunay-Ipegue*, Centro de Trabalho Indigenista [<http://www.trabalhoindigenista.org.br>].

BALANDIER, Georges

- 1993 “A noção de situação colonial”, *Cadernos de Campo*, São Paulo, USP, vol. 3.
1969 *Antropologia Política*, Barcelona, Península.

BALDUS, Herbert

- 1954 *Bibliografia crítica da etnologia brasileira*, vol. 1, São Paulo, Comissão do Quarto Centenário da Cidade de São Paulo.
1968 *Bibliografia crítica da etnologia brasileira*, vol. 2, Hanover, Komissionverlag Münstermann-Druck GMBH.

BARTH, Fredrik

- 1967 “Economic Spheres in Dafur”, in *Themes in Economic Anthropology*, London, Tavistock.

BOCCARA, Guillaume

- 2005 “Antropologia diacrónica”, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, BAC, Boccara, Guillaume, puesto en línea el 14 fev. 2005 [<http://nuevomundo.revues.org/index589.html>].

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda

- 2001 *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a histórica econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)*, São Paulo, Scortecci.

BURKE, Peter

- 1989 *A cultura popular na Idade Moderna*, São Paulo, Companhia das Letras.
1992 *A escrita da história: novas perspectivas*, São Paulo, Ed. Unesp.

BURGUIÈRE, André

- 1978 “A antropologia histórica”, in LE GOFF, J. et al. (orgs.), *A nova história*, Coimbra, Almedina.

- CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acir Vaz
2002 *História de Mato Grosso do Sul*, Mato Grosso do Sul, IHGB.
- CARVALHO, Fernanda
1996 *Koixomuneti e outros curadores: xamanismo e práticas de cura entre os Terena*,
Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), São Paulo, FFLCH-USP.
- CLIFFORD, James
1998 *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*, Rio de Janeiro,
Ed. UFRJ.
- CNPI
1944 *O dia do índio*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- COSTA, Maria de Fátima
1999 *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*, São Paulo,
Estação Liberdade e Livraria Kosmos.
- CUNHA, Manuela Carneiro da
1986 *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*, São Paulo, Brasiliense.
1987 *Os direitos do índio: ensaios e documentos*, São Paulo, Brasiliense.
1992 *História dos índios no Brasil* (org.), São Paulo, Companhia das Letras.
- FERREIRA, Andrey Cordeiro
2007 *Tutela e Resistência indígena – etnografia e história das relações de poder entre os
Terena e o Estado brasileiro*, Tese (Doutorado), Rio de Janeiro, PPGAS-MN,
UFRJ.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de
1986 *O extremo oeste*, São Paulo, Brasiliense.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza
1995 *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Bra-
sil*, Petrópolis/RJ, Vozes.

COSTA, Maria de Fátima.

- 1999 *História de um País Inexistente – o Pantanal entre os Séculos XVI e XVIII*, São Paulo, Estação Liberdade / Kosmos.

OBERG, Kalervo

- 1948a *The Terena and the Caduveo of Southern Mato Grosso, Brazil*, Washington D.C., Department of State, US Government Printing Office, Smithsonian Institution Institution, Institute of Social Anthropology, Publication n. 9.
- 1948b “Terena Social Organization and Law”, *American Anthropologist*, Menasha Wisconsin, USA, vol. 50(2): 283-291.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de

- 1968 *Urbanização e tribalismo: integração dos índios Terena numa sociedade de classes*, Rio de Janeiro, Zahar.
- 1976 *Do Índio ao Bugre: o processo de assimilação dos Terena*, 2. ed. rev., Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- 1978 *Sociologia do Brasil Indígena*, Rio de Janeiro, Ed. UnB.
- 2002 *O diário e suas margens: viagem aos territórios Terena e Tukuna*, Brasília, Ed. UnB.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de

- 1999 *Ensaio em antropologia histórica*, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.

ORTNER, Shery B.

- 1995 “Resistance and the Problem of Ethnographic Refusal”, *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge, vol. 37(1).

RIBEIRO, Darcy

- 1995 *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.

SCOTT, James.

- 1986 “Everyday forms of Peasant Resistance”, *The Journal of Peasant Studies*, vol. 13(2).

SILVA, Fernando Altenfelder

- 1949 “Mudança cultural dos Terena”, *Revista do Museu Paulista N.S.*, São Paulo, vol. III: 271-379.

SUSNIK, Branislava

1978 *Los aborígenes del Paraguay: etnología del Chaco Boreal y su periferia (siglos XVI e XVII)*, Assuncion, Museo Etnográfico Andrés Barbero.

1981 *Los aborígenes del Paraguay: etnohistoria de los chaqueños (1650-1910)*, Assuncion, Museo Etnográfico Andrés Barbero.

TAUNAY, Alfredo d'Escrangolle

2003 *A retirada da Laguna*, São Paulo, Martin Claret.

TODOROV, Tzvetan

2003 *A conquista da América: a questão do outro*, São Paulo, Martins Fontes.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira

2003 *A construção do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e opção*, Dissertação (Mestrado em História), Dourados/MS, UFMS.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de

1999 *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*, Campo Grande, Ed. UFMS.

ABSTRACT: This article analyzes the history of colonial conquest of Mato Grosso state in the XIXth century and its counterparty, the indigenous resistance. It starts with written by militaries and administrators who acted in the Paraguay River area and Swampland (reports that were published in scientific magazines of the XIXth century). The case of the Guaicurus and Guanas is strategic for that theoretical concern, since these two groups had an important role in the consolidation of the Portuguese colonial conquest. At the same time, they created several obstacles to its expansion and stabilization. The article presents a historical and theoretical reflection about the relationship between domination and political resistance.

KEY-WORDS: Indigenous resistance, Portuguese colonialism, Guaicuru-Guana.

Recebido em novembro de 2008. Aceito em maio de 2009.